



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS PAULISTA

Portaria nº 005/2016-DGCPLT

Ementa: Estabelecer normas para a participação de servidores do *Campus* Paulista em atividades físicas/esportivas e culturais vinculadas ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

O DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 965/2015-GR, de 19/06/2015, e portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, considerando:

- o Memorando nº 04/2016-CGPE;
- a autonomia concedida ao IFPE para elaborar o regulamento de seu pessoal prevista no inciso II, § 1º, art. 54 da Lei nº 9.394/1996;
- o art. 230 da Lei nº 8.112/90 que trata da competência dos órgãos para implementar ações preventivas voltadas para a promoção da saúde do servidor;
- a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal instituída pelo Decreto 6.833/2009;
- as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal instituídas pela Portaria Normativa SEGEP/MP nº 3/2013;
- o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do IFPE;
- a delegação de competência de que trata a Portaria nº 1.102/2014-GR.

RESOLVE:

1. Estabelecer normas para a participação de servidores do *Campus* Paulista em atividades físicas/esportivas e culturais vinculadas ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, nos termos do Anexo I.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

FLÁVIO ROSENDO DA SILVA OLIVEIRA
DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO *CAMPUS* PAULISTA

ANEXO I PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NORMAS PARA A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DO *CAMPUS* PAULISTA EM ATIVIDADES FÍSICAS/ESPORTIVAS E CULTURAIS

Das disposições preliminares

Art. 1º. Esta norma estabelece os critérios e procedimentos a serem observados pelos servidores do IFPE - *Campus* Paulista para a prática de atividades esportivas e/ou culturais vinculadas ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) do IFPE.

Art. 2º. Para fins desta norma, a prática de atividades esportivas vinculadas ao PQVT tem por objetivo propiciar aos servidores aumento da autoestima e do bem-estar no contexto laboral, incentivando a redução do sedentarismo e da vulnerabilidade a riscos relacionados à saúde.

Art. 3º. Para fins desta norma, a prática de atividades culturais vinculadas ao PQVT tem por objetivo propiciar aos servidores ambientes de trabalho saudáveis através de melhoria contínua das condições e das relações no trabalho e da saúde mental, a partir do desenvolvimento de habilidades sociais e do trabalho. Art. 4º. Atendidas as disposições desta norma, é assegurado ao servidor a adesão ao PQVT, sendo sua participação facultativa.

Da participação do servidor em atividades físicas/esportivas

Art. 5º. O IFPE - *Campus* Paulista disponibilizará seus espaços para a prática de atividades físicas/esportivas por seus servidores, observada a priorização para a prática de atividades educativas com os estudantes e a disponibilidade de horários.

§ 1º. Os servidores são responsáveis por zelar pelos espaços cedidos para a prática física/esportiva. § 2º. Considerando a limitação atual dos espaços do IFPE – *Campus* Paulista para a prática de atividades físicas/esportivas e a priorização desses para as ações educativas com os estudantes, é facultado ao servidor praticar atividades físicas/esportivas vinculadas ao PQVT em outros equipamentos urbanos apropriados ou prestadores de serviços no campo das atividades físicas, desportivas ou similares.

§ 3º. O IFPE – *Campus* Paulista não se responsabilizará pelo transporte do servidor até o local da prática de atividades físicas/esportivas, bem como pela disponibilidade desses locais, não cabendo ao servidor requerer qualquer tipo de custeio, benefício ou indenização.

§ 4º. O disposto no § 2º se aplica até que o IFPE – *Campus* Paulista amplie seus espaços e equipamentos desportivos e possa disponibilizá-los aos servidores.

Art. 6º. O servidor poderá destinar duas horas da sua carga horária semanal de trabalho para a prática de atividades físicas/esportivas de que trata o art. 5º.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos servidores submetidos ao regime de turnos ou escalas de que trata o art. 3º do Decreto 1.590/1995 ou à jornada de trabalho definida em leis especiais inferiores a 40 horas semanais.

§ 2º No caso do docente, o disposto no caput deste artigo se aplica sobre o regime de trabalho contratual definido no ato de nomeação ou, caso tenha havido alteração, na portaria que promoveu a modificação.

§ 3º Não será permitida a acumulação da carga horária de que trata o caput deste artigo para usufruto posterior.

Da participação do servidor em atividades culturais

Art. 7º. O IFPE - *Campus* Paulista incentivará a participação do servidor em projetos e cursos de extensão voltados às artes cênicas, plásticas e visuais, bem como os desenvolvidos a partir da música, dança e das tradições regionais, como prática de atividades culturais vinculadas ao PQVT.

Art. 8º. O servidor poderá destinar duas horas da sua carga horária semanal de trabalho para a prática de atividades culturais de que trata o art. 7º.

§ 1º. O servidor participante de grupos artísticos ou culturais ou de cursos de teatro, artes, dança ou música, poderá destinar a carga horária de que trata o caput deste artigo para realizar essas atividades, não cabendo, nesta situação, requerer qualquer tipo de custeio, benefício ou indenização.

§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos servidores submetidos ao regime de turnos ou escalas de que trata o art. 3º do Decreto 1.590/1995 ou à jornada de trabalho definida em leis especiais inferiores a 40 horas semanais.

§ 3º No caso do docente, o disposto no caput deste artigo se aplica sobre o regime de trabalho contratual definido no ato de nomeação ou, caso tenha havido alteração, na portaria que promoveu a modificação.

§ 4º Não será permitida a acumulação da carga horária de que trata o caput deste artigo para usufruto posteriormente.

§ 5º A destinação de carga horária de que trata o art. 6º não se acumula com a do disposto no caput deste artigo.

Dos procedimentos para adesão ao PQVT

Art. 9º. O servidor que optar pela adesão ao programa deverá apresentar à CGPE Termo de Adesão e Compromisso, conforme modelo constante no Anexo II, assinado pelo servidor e pela chefia imediata.

§ 1º. A definição dos horários para a prática de atividades físicas/esportivas e/ou culturais de que trata os arts. 6º e 8º deverá ser previamente acordada com a chefia imediata de modo a preservar a continuidade da prestação do serviço público e o horário de funcionamento do setor.

§ 2º. A qualquer tempo o servidor poderá efetivar a alteração dos dias em que realizará a atividade, mediante preenchimento de alteração do Termo de Adesão, conforme Anexo II, estando previamente acordado com a chefia imediata.

§ 3º. O servidor que optar em exercer as atividades físicas/esportivas e/ou culturais nos termos do § 2º do art. 5º e do § 2º do art. 8º, deverá apresentar à CGPE:

I – no caso da realização de atividades físicas/esportivas e/ou culturais, em estabelecimentos públicos ou privados, apresentar comprovação de vínculo, como contrato de adesão, comprovante de pagamento, entre outros, desde que conste identificação do estabelecimento com CNPJ;

II – no caso de realização de atividades físicas/esportivas e/ou culturais com o acompanhamento de profissional da área, apresentar declaração do profissional, constando nome legível e número de registro em órgão de classe ou CPF.

§ 4º. Para efeito de acompanhamento, o servidor que optar pela adesão ao programa deverá apresentar à CGPE, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente:

I – no caso da realização de atividades físicas/esportivas em equipamentos públicos, autodeclaração, conforme constante no Anexo III;

II - no caso da realização de atividades físicas/esportivas e/ou culturais, em estabelecimentos públicos ou privados, declaração de frequência emitida pelo estabelecimento, desde que conste identificação do estabelecimento com CNPJ;

III – no caso de realização de atividades físicas/esportivas e/ou culturais com o acompanhamento de profissional da área, apresentar declaração do profissional, constando nome legível e número de registro em órgão de classe ou CPF;

IV – No caso de o servidor não utilizar do benefício do programa por um determinado período, este deverá encaminhar cópia da folha de ponto correspondente.

Art. 10. O servidor que optar por exercer atividades físicas/esportivas deverá apresentar no ato da adesão e anualmente, no mês de seu aniversário, atestado de saúde recente, assinado por médico especialista, declarando estar apto a prática de atividade física regular.

Art. 11. O servidor que aderir ao PQVT e não atender ao disposto no art. 9º e no Termo de Adesão e Compromisso deverá exercer sua carga horária de trabalho em sua integralidade, devendo compensar as horas nos termos do art. 44 da Lei nº 8.112/90.

Parágrafo Único. Ao servidor que prestar declaração falsa, será aplicada a responsabilização administrativa nos termos da Lei nº 8.112/90.

Da competência

Art. 12. Compete à CGPE:

- I – incentivar, realizar e registrar a adesão do servidor ao PQVT;
- II – aplicar o disposto nesta norma; e
- III – orientar quanto ao registro de frequência.

Das disposições finais

Art. 13. O disposto nesta norma não se aplica aos servidores afastados ou em licenças, bem como aos convocados por necessidade do serviço.

Art. 14. A participação de servidores na organização e realização de eventos ou projetos institucionais não está vinculada ao PQVT.

Art. 15. Não será permitida a acumulação da carga horária de que trata o caput deste artigo para usufruto posterior.

Art. 16. Os casos omissos serão dirimidos em acordo entre a CGPE e a Direção Geral.

ANEXO II TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS/ESPORTIVAS
E/OU CULTURAIS

() Adesão	() Alteração
------------	---------------

Eu, _____, servidor(a) pertencente ao quadro de pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Paulista, matrícula SIAPE nº _____, lotado(a) no(a) _____, cumprindo meu horário de trabalho em regime de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, solicito minha adesão ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) do IFPE – *Campus* Paulista, e declaro que realizarei atividades físicas/esportivas e/ou culturais abaixo descritas em horário a ser previamente acordado com a chefia imediata.

Comprometo-me a cumprir com o disposto na Portaria nº 005/2016-DGCPLT, sob pena de compensar as horas utilizadas indevidamente nos termos do art. 44 da Lei nº 8.112/90, além de arcar com as responsabilidades legais e administrativas advindas do meu ato.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:		
LOCAL DE REALIZAÇÃO:		
DIAS DA SEMANA	1.	1.
HORÁRIOS	2.	2.

Paulista, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Servidor(a)

A chefia imediata abaixo identificada se compromete a incentivar e viabilizar a participação do servidor no PQVT, observado o disposto na Portaria nº. 005/2016-DGCPLT.

Nome do Chefe:
Matrícula SIAPE:
Função:

Assinatura da Chefia imediata

ANEXO III AUTODECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES FÍSICAS/ESPORTIVAS E/OU CULTURAIS

Eu, _____, servidor(a) pertencente ao quadro de pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Paulista, matrícula SIAPE nº _____, lotado(a) no(a) _____, declaro, em cumprimento à Portaria nº. 005/2016-DGCPLT, que exerci no mês/ano de _____ as atividades físicas e/ou culturais nos horários descritos abaixo vinculadas ao PQVT.

Dia	Horário	Descrição do local e das atividades realizadas

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam, a qualquer tempo, na compensação das horas utilizadas indevidamente nos termos do art. 44 da Lei nº 8.112/90, além das medidas administrativas e legais cabíveis.

Paulista, _____ de _____ de _____

Assinatura do Servidor Declarante



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS PAULISTA

Portaria nº 006/2016-DGCPLT

Ementa: Retifica a Portaria nº 005/2016-DGCPLT

O DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 965/2015-GR, de 19/06/2015, e portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, considerando o Memorando nº 005/2016-CGPE,

RESOLVE:

Retificar a Portaria acima mencionada, que estabelece normas para a participação de servidores do *Campus* Paulista em atividades físicas/esportivas e culturais vinculadas ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, nos termos do Anexo I, onde lê-se: “Art. 15. Não será permitida a acumulação da carga horária de que trata o *caput* deste artigo para usufruto posterior.”, leia-se “Art. 15. Não será permitida a acumulação da carga horária de que tratam o Art. 6º e o Art. 8º com a carga horária de outros programas realizados dentro da jornada de trabalho do servidor.”

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

FLÁVIO ROSENDO DA SILVA OLIVEIRA
DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO *CAMPUS* PAULISTA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO *CAMPUS* PAULISTA

Portaria nº 007/2016-DGCPLT

Ementa: Designa Fiscais de Contrato.

O DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 965/2015-GR, de 19/06/2015, e Portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, considerando o Processo nº 23737.017687.2015-14 com despachos exarados,

R E S O L V E:

ART. 1º – Designar o servidor **Cristian do Nascimento Botelho**, SIAPE nº 2136460, CPF nº 038.505.534-00, como representante titular (Fiscal de Contrato) e a servidora **Jessica Monique de Lira Vieira**, SIAPE nº 2176314, CPF nº 060.235.604-07, como representante substituta, desta Instituição de Ensino referente ao Contrato nº 04/2015, firmado entre o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Paulista** e a empresa **Boeckmann Comércio e Serviço Ltda**, CNPJ. Nº 04.226.525/0001-09, cujo objeto é a locação de imóvel situado no endereço Av. Dr. Rodolfo Aureliano, 2182, bairro Vila Torres Galvão, no município de Paulista/PE, para abrigar as instalações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Paulista.

ART 2º – Estabelecer que a fiscalização seja exercida nos termos da Portaria SE/MEC nº 201 de 12 de abril de 1999 e Instrução Normativa nº 18 de 22 de dezembro de 1997.

ART. 3º – São competências dos representantes do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Paulista** dentre as previstas na legislação mencionada no artigo anterior e na Lei nº 8.666/93, e demais legislações que disciplinam a matéria:

- I – manter cópia do Termo Contratual e de seus eventuais aditivos, juntamente com outros documentos que possam dirimir acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao processo de fiscalização da execução do contrato;
- II – controlar a vigência, atentando para os prazos que estabelecem a antecedência necessária a prorrogação;
- III – proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar suas atividades dentro das normas do contrato;
- IV – conferir os dados das faturas, compatibilizando-as com os serviços prestados, antes de atestá-las para pagamento;
- V – anotar no processo de fiscalização da execução do contrato todas as ocorrências relacionadas com a execução, informando à unidade onde os serviços estão sendo executados todas aquelas que dependem de decisão, com vista a regularização das faltas ou defeitos observados.

- VI – realizar constantes avaliações do objeto do contrato, propondo medidas que visam à redução dos gastos.
- VII – manter permanente vigilância sobre as obrigações da contratada previstas no contrato, bem como demais disposições da Lei nº 8.666/93 e outras que disciplinam a matéria;
- VIII – acompanhar a realização dos serviços;
- XI – estabelecer rotinas para o cumprimento do contrato;
- X – exigir da contratada o fiel e total cumprimento do contrato;
- XI – encaminhar memorando à Diretoria de Administração e Planejamento, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as determinações administrativas e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas, garantindo a ampla defesa à Contratada;
- XII – notificar por escrito à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços;
- XIII – exercer as demais atividades necessárias ao fiel cumprimento do objeto do contrato, tanto por parte do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Paulista**, quanto por parte da contratada.

ART. 4º – Os representantes respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições do encargo.

ART. 5º – As atribuições dos fiscais têm início e término de acordo com a vigência do contrato.

ART. 6º – Revogar as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 19 de fevereiro de 2016.



FLÁVIO ROSENDO DA SILVA OLIVEIRA
Diretor Geral em Exercício



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO *CAMPUS*
PAULISTA

Portaria nº 008/2016-DGCPLT

Ementa: Designa Fiscais de Contrato.

O DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 965/2015-GR, de 19/06/2015, e Portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, considerando o Processo nº 23737.014750.2015-44 com despachos exarados,

R E S O L V E:

ART. 1º – Designar o servidor **Guilherme Diniz Araújo**, SIAPE nº 2192452, CPF nº 069.578.71444, como representante titular (Fiscal de Contrato) e o servidor **Marcelo Melo da Silva**, SIAPE nº 2235136, CPF nº 007.639.894-36, como representante substituto, desta Instituição de Ensino referente ao Contrato de Inexigibilidade nº 05/2015, firmado entre o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Paulista** e a **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Diretoria Regional de Pernambuco**, CNPJ. Nº 34.028.316/0021-57, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços postais de natureza contínua, visando atender as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Paulista.

ART 2º – Estabelecer que a fiscalização seja exercida nos termos da Portaria SE/MEC nº 201 de 12 de abril de 1999 e Instrução Normativa nº 18 de 22 de dezembro de 1997.

ART. 3º – São competências dos representantes do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Paulista** dentre as previstas na legislação mencionada no artigo anterior e na Lei nº 8.666/93, e demais legislações que disciplinam a matéria:

- I – manter cópia do Termo Contratual e de seus eventuais aditivos, juntamente com outros documentos que possam dirimir acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao processo de fiscalização da execução do contrato;
- II – controlar a vigência, atentando para os prazos que estabelecem a antecedência necessária a prorrogação;
- III – proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar suas atividades dentro das normas do contrato;
- IV – conferir os dados das faturas, compatibilizando-as com os serviços prestados, antes de atestá-las para pagamento;
- V – anotar no processo de fiscalização da execução do contrato todas as ocorrências relacionadas com a execução, informando à unidade onde os serviços estão sendo executados todas aquelas que dependem de decisão, com vista a regularização das faltas ou defeitos observados.

- VI – realizar constantes avaliações do objeto do contrato, propondo medidas que visam à redução dos gastos.
- VII – manter permanente vigilância sobre as obrigações da contratada previstas no contrato, bem como demais disposições da Lei nº 8.666/93 e outras que disciplinam a matéria;
- VIII – acompanhar a realização dos serviços;
- XI – estabelecer rotinas para o cumprimento do contrato;
- X – exigir da contratada o fiel e total cumprimento do contrato;
- XI – encaminhar memorando à Diretoria de Administração e Planejamento, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as determinações administrativas e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas, garantindo a ampla defesa à Contratada;
- XII – notificar por escrito à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços;
- XIII – exercer as demais atividades necessárias ao fiel cumprimento do objeto do contrato, tanto por parte do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Paulista**, quanto por parte da contratada.

ART. 4º – Os representantes respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições do encargo.

ART. 5º – As atribuições dos fiscais têm início e término de acordo com a vigência do contrato.

ART. 6º – Revogar as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 23 de fevereiro de 2016.



FLÁVIO ROSENDO DA SILVA OLIVEIRA
Diretor Geral em Exercício



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS PAULISTA

Portaria nº 009/2016-DGCPLT

Ementa: Concede Progressão por Mérito Profissional.

O DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO CAMPUS PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 965/2015-GR, de 19/06/2015, e Portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, considerando o Processo nº 23737.001483.2016-26 com despachos exarados,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor abaixo relacionado Progressão por Mérito Profissional, de acordo com a Legislação Vigente, a contar de 30 de novembro de 2015:

SIAPE	SERVIDOR	CARGO	NÍVEL/CAPAC ANTES	NÍVEL/CAPAC ATUAL
1869766	HEBERT FERNANDO CATALDI DE FARIAS	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	D - 303	D - 304

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 26 de fevereiro de 2016.

FLÁVIO ROSENDO DA SILVA OLIVEIRA
Diretor Geral em Exercício



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS PAULISTA

Portaria nº 010/2016-DGCPLT

Ementa: Concede Progressão por
Capacitação Profissional.

O DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO CAMPUS PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 965/2015-GR, de 19/06/2015, e Portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, considerando o Processo nº 23737.002257.2016-62 com despachos exarados,

R E S O L V E:

Conceder ao servidor abaixo relacionado Progressão por Capacitação Profissional, de acordo com a Legislação Vigente, a contar de 15 de abril de 2016:

SIAPE	SERVIDOR	CARGO	NÍVEL/CAPAC ANTES	NÍVEL/CAPAC ATUAL
1642974	JÚLIO CÉSAR LIMA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	D - 101	D - 201

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 26 de fevereiro de 2016.

FLÁVIO ROSENDO DA SILVA OLIVEIRA
Diretor Geral em exercício